PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ADAMANTINA
ESTADO DE SÃO PAULO
RUA OSVALDO CRUZ, 262 - CEP. 17800-000 - PABX: (018)521-2410 - FAX (018)521-2410 r.284 / 521-3927 r.216

= LEI Nº 2.630, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1995 =

"Dispõe sobre autorização para o chefe do Poder Executivo desapropriar, por utilidade pública, área de terra que especifica".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE ADAMANTINA:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito do Município de Adamantina autorizado a desapropriar, por via amigável ou judicial, área de terra com 3.740,62 metros quadrados, pertencente ao Sr. FERNANDO MARTINS CALVO, declarada de utilidade pública pelo Decreto nº2.698, de 16 de dezembro de 1992, com as seguintes medidas e confrontações:

"Inicia-se no marco 1, cravado na margem da Al. Francisco José de Azevedo, distante 58,00 metros da Rua Tamoto Matuoka; daí segue em reta, no rumo magnético SE 60º45', na distância de 66,00 metros, confrontando com área remanescente de propriedade de Fernando Martins Calvo, até encontrar o marco 2; daí deflete à direita e segue em reta, no rumo magnético SE 13º45', na distância de 52,50 metros, confrontando com propriedade de Antônio Dalbello, até encontrar o marco 3; daí deflete à direita e segue em reta, no rumo magnético SO 76º30', na distância de 52,50 metros, confrontando com propriedade da Prefeitura do Município de Adamantina, até encontrar o marco 4; daí deflete à direita e segue em reta, no rumo magnético NO 14º45', na distância de 90,00 metros, confrontando com a Al. Francisco José de Azevedo, até encontrar o marco 1, ponto de partida para este roteiro, avaliado em R$ 1,43 o metro quadrado, totalizando o valor de R$ 5.320,00 (cinco mil, trezentos e vinte reais).

ARTIGO 2º - A área descrita no artigo anterior destina-se à construção de obras públicas no município de Adamantina.

ARTIGO 3º - Fica a expropriante autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação para os fins do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41 e alterações posteriores.

ARTIGO 4º - Correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente, as despesas com a execução da presente Lei.

ARTIGO 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 2.601, de 30 de maio de 1995.

Adamantina, 06 de dezembro de 1995.

IVO F. SANTOS JUNIOR
Prefeito do Município

Ato publicado
Em___/___/95.

ANTONIO FRANCISCO MORENO
Secretário de Finanças